



O Meio Ambiente Sustentável

**Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco
Juliana Yuri Kawanishi
Mauricio Zadra Pacheco
(Organizadores)**

Atena
Editora
Ano 2019



O Meio Ambiente Sustentável

**Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco
Juliana Yuri Kawanishi
Mauricio Zadra Pacheco
(Organizadores)**

Atena
Editora
Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
M514	<p>O meio ambiente sustentável [recurso eletrônico] / Organizadores Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco, Juliana Yuri Kawanishi, Mauricio Zadra Pacheco. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-859-5 DOI 10.22533/at.ed.595192012</p> <p>1. Desenvolvimento sustentável. 2. Meio ambiente. 3. Sustentabilidade. I. Pacheco, Juliana Thaisa Rodrigues. II. Kawanishi, Juliana Yuri. III. Pacheco, Mauricio Zadra.</p> <p style="text-align: right;">CDD 363.7</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A proposta da obra “O Meio Ambiente Sustentável” busca expor diferentes conteúdos vinculados à questão ambiental dispostos nos 19 capítulos. O e-book traz à tona a temática contemporânea da sustentabilidade e a ação direta do ser humano na responsabilidade e criação de estratégias de desenvolvimento do ambiente como um todo.

A obra perpassa por temas como economia, tecnologia e desenvolvimento ambiental, integrando áreas que se complementam e se integram na geração de conhecimento e literatura fundamentais ao progresso da sociedade com a preocupação de manutenção dos recursos naturais e a geração sustentável de técnicas de desenvolvimento.

A fluência dos artigos ora apresentados nesta obra contribuem, e muito, para o embasamento teórico ao trabalho de pesquisadores e discentes, bem como para o leitor que busca somente a aprazível leitura de temas importantes para a humanidade, com consistência teórica e relevante valor científico.

Os impactos ambientais, o uso do solo e a educação são eixos temáticos também abordados nesta relevante obra de autores comprometidos com a veracidade científica, a divulgação do conhecimento e a sedimentação de práticas que promovam o desenvolvimento sustentável com o comprometimento para com a sociedade.

Deste modo a obra “Meio Ambiente Sustentável” apresenta a fundamentação da teoria obtida na prática pelos autores deste e-book, sejam professores, acadêmicos e pesquisadores que arduamente desenvolveram seus trabalhos que aqui serão apresentados de maneira concisa e didática. A importância desse espaço de divulgação científica evidencia o comprometimento e a estrutura da Atena Editora que nos traz uma plataforma consolidada e confiável para que pesquisadores exponham e divulguem seus resultados.

Juliana Thaisa R. Pacheco
Juliana Yuri Kawanishi
Mauricio Zadra Pacheco

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE, MATO GROSSO DO SUL	
Vanessa Rodrigues Bentos	
DOI 10.22533/at.ed.5951920121	
CAPÍTULO 2	11
HORTO DIDÁTICO: PLANTAS MEDICINAIS E AROMÁTICAS NA PRODUÇÃO DE REPELENTE NO AMBIENTE ESCOLAR	
Francisco Xavier da Silva de Souza	
Márcio do Rosário do Carmo	
Luiz Everson da Silva	
Andressa Amaral Bach	
Flavia de Freitas Pereira	
Evany Evelyn Lenz Lopes	
Márcio do Rosário do Carmo	
Vinicius Bispo Pereira	
Gustavo Felipe dos Santos Peres	
Henrique Rosário da Silva	
Rhayra Pontes Verissimo Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.5951920122	
CAPÍTULO 3	29
EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PERCEPÇÃO DOCENTE DO CONHECIMENTO SOBRE A NATUREZA	
Rosimeire Vieira Oliveira	
Noelma Miranda de Brito	
Josemare Pereira dos Santos Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.5951920123	
CAPÍTULO 4	41
ESTUDO DA INFLUÊNCIA DA INCORPORAÇÃO DE CINZA DE CASCA DE ARROZ E EFLUENTE DE BIOGÁS NA PLASTICIDADE DA CERÂMICA VERMELHA	
Bruna Pereira da Silva	
Andréia Rangel Balensiefer	
Beatriz Anne Bordin Zen	
Estevan Castro Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5951920124	
CAPÍTULO 5	58
FRUGIVORIA E SOMBRA DE SEMENTES DE <i>Myrsine coriacea</i> (Sw.) R.Br. ex Roem. & Schult. (PRIMULACEAE) EM UMA ÁREA DE REGENERAÇÃO NATURAL DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA FURADA, SC	
Robson Siqueira Patricio	
Birgit Harter-Marques	
DOI 10.22533/at.ed.5951920125	

CAPÍTULO 6	72
GERMINAÇÃO DE ESPÉCIE NATIVA COM APROVEITAMENTO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS COMO METODOLOGIA DE ENSINO	
Letícia Queiroz de Souza Cunha Lúcia Filgueiras Braga Givanildo Sousa Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.5951920126	
CAPÍTULO 7	88
MINICENTRAL HIDRELÉTRICA: UMA ALTERNATIVA DE ACESSO À ELETRICIDADE NAS TERRAS INDÍGENAS SÃO MARCOS E RAPOSA SERRA DO SOL	
Adnan Assad Youssef Filho Antônio Wéliton Simão de Melo Paulo George Brandão Coimbra Maria Conceição de Sant'Ana Barros Escobar Antônio Nazareno Almada de Sousa Wilson Jordão Mota Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.5951920127	
CAPÍTULO 8	103
EVIDENCIAÇÃO DO VALOR CONTÁBIL DAS RECEITAS DE SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS NAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS	
Aguinaldo Rocha Gomes Lídia Maria Lopes Rodrigues Ribas	
DOI 10.22533/at.ed.5951920128	
CAPÍTULO 9	118
INFLUENCIA DA ALTURA DA ÁRVORE NAS CARACTERÍSTICAS DAS MADEIRAS DE <i>Pinus taeda</i> L. E <i>Pinus patula</i> Schlttdl & Cham	
Bibiana Regina Argenta Vidrano Fernando José Borges Gomes Cristiane Pedrazzi Talita Baldin Luciano Denardi Diego Pierre de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.5951920129	
CAPÍTULO 10	130
COLONIZAÇÃO DO NORTE DE MATO GROSSO E AS EMPRESAS AGROPECUÁRIAS NA EXPANSÃO DO CAPITAL	
Gildete Evangelista da Silva Letícia Gabrielle de Pinho e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.59519201210	
CAPÍTULO 11	142
ESTUDO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS CAUSADOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO EM MARIANA-MG	
José Aparecido de Oliveira Leite Cíntia Gil de Aguiar Kamilla dos Santos Bastos	

CAPÍTULO 12 159

USO DA TERRA EM FUNÇÃO DAS CLASSES DE DECLIVIDADE NA MICROBACIA DO RIO DA DONA – BAHIA

Laiana dos Santos Trindade
Jamile Brazão Mascarenhas
Avete Vieira Lima
Raíssa Homem Gonçalves
Lucas de Souza Alves
Luise Torres Oliveira
Taline Borges Ribeiro
Everton Luís Poelking
Thomas Vincent Gloaguen

DOI 10.22533/at.ed.59519201212

CAPÍTULO 13 168

DIETA E DISPERSÃO DE SEMENTES POR MORCEGOS EM ÁREA DE FLORESTA ESTACIONAL SEMIDECIDUAL E SISTEMA AGROFLORESTAL, NO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ana Elisa Teixeira da Silva
Vlamir José Rocha
Rodolfo Antônio de Figueiredo

DOI 10.22533/at.ed.59519201213

CAPÍTULO 14 182

FATORES DE RISCO ASSOCIADOS A ALTERAÇÕES MUSCULOESQUELÉTICAS EM CHARUTEIRAS DE MUNICÍPIOS DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Márcio Frâncis Pires Gonçalves
Larissa Rolim Borges Paluch

DOI 10.22533/at.ed.59519201214

CAPÍTULO 15 195

PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DE MOTORISTAS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO EM UMA CIDADE DO PONTAL DO PARANAPANEMA

Danillo Nascimento Vicente
Nathalye Fernanda Pedroso Dircksen
Camila Sousa Vilela
Isabela Santos Souza
Camilla Fernandes Cardoso
Gilson Ricardo dos Santos
Fabiola de Azevedo Mello
Ana Karina Marques Salge
Debora Tavares de Resende e Silva
Marcus Vinicius Pimenta Rodrigues
Renata Calciolari Rossi

DOI 10.22533/at.ed.59519201215

CAPÍTULO 16	202
INFLUÊNCIA DOS RESÍDUOS DA POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA NA SAÚDE RESPIRATÓRIA DE MOTORISTAS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO EM UMA CIDADE DO PONTAL DO PARANAPANEMA	
Danillo Nascimento Vicente	
Nathalye Fernanda Pedroso Dircksen	
Camila Sousa Vilela	
Isabela Santos Souza	
Camilla Fernandes Cardoso	
Gilson Ricardo dos Santos	
Fabiola de Azevedo Mello	
Ana Karina Marques Salge	
Debora Tavares de Resende e Silva	
Marcus Vinicius Pimenta Rodrigues	
Renata Calciolari Rossi	
DOI 10.22533/at.ed.59519201216	
CAPÍTULO 17	214
AVALIAÇÃO DO CONFORTO AMBIENTAL EM SALAS DE AULA COM CLIMATIZAÇÃO ARTIFICIAL NA CIDADE DE RECIFE-PE	
Luciano Torres Prestrelo	
Werônica Meira de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.59519201217	
CAPÍTULO 18	236
ESTUDO DE CASO DA PRODUÇÃO DE BIODIESEL NAS INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS DO MATO GROSSO, NO PERÍODO DE 2004 A 2017	
Ana Paula de Moraes Campos Teixeira	
Fabiana Pereira de Sousa	
Marney Pascoli Cereda	
DOI 10.22533/at.ed.59519201218	
SOBRE OS ORGANIZADORES	251
ÍNDICE REMISSIVO	252

COLONIZAÇÃO DO NORTE DE MATO GROSSO E AS EMPRESAS AGROPECUÁRIAS NA EXPANSÃO DO CAPITAL

Data de aceite: 21/11/2019

Gildete Evangelista da Silva

Universidade do Estado de Mato Grosso
(UNEMAT) – Câmpus de Juara- MT

Letícia Gabrielle de Pinho e Silva

Universidade do Estado de Mato Grosso
(UNEMAT) – Câmpus de Juara – MT

RESUMO: O artigo analisa o processo de expansão da região norte do Estado de Mato Grosso, considerando o avanço do capital financeiro na instauração de agropecuárias em grandes extensões de terras, com juros subsidiados e incentivos fiscais concedidos por instituições governamentais. O estudo filia-se aos pressupostos teórico-metodológico do método de pesquisa qualitativa, de cunho exploratórios e descritivos, com a prospecção de dados realizada em fontes secundárias, mediante utilização do método de levantamento bibliográfico. Os dados apontam que a ocupação da Amazônia Mato-grossense delineou-se como um projeto voltado para a expansão de áreas que os militares e a classe hegemônica do país chamavam de grandes vazios, respaldada em políticas governamentais como um programa orientado para o avanço do capital sobre as terras da região. Os programas tiveram resultados mais expressivos no seu dinamismo

especulativo do que social e intensificaram a implantação de grandes latifúndios, o que geraram inúmeros conflitos e violências aos povos indígenas, ribeirinhos e posseiros.

PALAVRAS-CHAVE: Expansão. Capital. Agropecuárias. Incentivos Fiscais.

COLONIZATION OF THE NORTH OF MATO GROSSO: AGRICULTURAL ENTERPRISES IN THE EXPANSION OF CAPITAL

ABSTRACT: This article analyzes the process of expansion of the Northern region of the State of Mato Grosso, considering the advance of the financial capital in the opening of agriculture in large areas of land, with subsidized interest and tax incentives granted by governmental institutions. The study is based on the theoretical and methodological assumptions of the qualitative research method, exploratory and descriptive, with the prospection of data from secondary sources, using the bibliographic survey method. The data indicate that the occupation of the Mato Grosso Amazon was outlined as a project aimed at expanding areas that the military and the hegemonic class of the country called large gaps, backed by government policies as a program aimed at advancing capital on the lands of the region. The programs had more expressive results in their speculative than social dynamism and

intensified the implantation of large estates, which generated numerous conflicts and violence to the indigenous, riverside and land squatter people.

KEYWORDS: Expansion. Capital. Agro livestock. Tax incentives.

1 | INTRODUÇÃO

Após o golpe de estado orquestrado em 1964, com o apoio expressivo de setores hegemônicos da sociedade brasileira como o clero, os latifundiários, a imprensa e as grandes empresas, o governo militar transformou os espaços territoriais da Amazônia legal em franca expansão do capital. Espaços esses que até a década de 1960, em grande parte, pertenciam à União e aos Estados e foram considerados desabitados pelos militares. Assim, seus discursos e ações convergiram para a ocupação de vazios, mas a região já era ocupada há tempos por povos indígenas, por uma população de camponeses e por ribeirinhos que ali haviam se instalado com suas famílias.

A partir dessa década, os militares planejaram vários programas para a ocupação do Centro Oeste e da Amazônia, que favoreceram grandes proprietários e atraíram o capital para a região ao lhes conceder incentivos fiscais, inicialmente para implantar pastagens e, logo a seguir, grandes lavouras destinadas ao incremento do agronegócio.

O agronegócio ocupa, hoje, vastas extensões de terras em todo estado e avança, cada vez mais, em direção norte na região da floresta amazônica. As políticas expansionistas instituídas pelos governos intensificaram o estabelecimento de atividades produtivas direcionadas a nova fronteira agrícola, com a ocupação/reocupação de vastas áreas de terras onde milhares de famílias foram assentadas.

Durante os governos militares, na Amazônia Mato-Grossense, foi criado um artifício para a constituição e consolidação de latifúndios e a formação de empresas de pecuária, agricultura e extrativismo para conectar a região às exigências extensivas do capitalismo. Para Ianni (1986) encontrava-se em andamento, neste período, um vasto procedimento para a criação ou solidificação de latifúndios, estâncias e empresas pecuárias, agrícolas e de extrativismos, em que a terra se transfigura em mercadoria para atender as exigências do capitalismo na Amazônia.

Além disso, as leis estaduais ou federais nesse período, inspiradas no discurso de ordenamento legal para demarcar terras indígenas, quantificar e estabelecer limites para as terras devolutas, planejar e caracterizar a finalidade das terras públicas, direcionar e criar políticas para a colonização oficial, possibilitaram inúmeros incentivos fiscais para as colonizadoras particulares e para os latifundiários, a despeito de serem apresentadas com a justificativa de que deveriam ser sancionadas para

acabar, atenuar ou evitar conflitos sociais, ou para possibilitar acesso à terra aos camponeses.

Durante a ditadura militar os governos beneficiaram largamente as empresas agropecuárias privadas como estratégia de ocupação e de integração da região às demais economias do centro sul, contemplando-as com grandes áreas de terras e com incentivos fiscais, beneficiando os conglomerados nacionais e estrangeiros. Estas ações caracterizam a ocupação das terras da Amazônia Legal como um processo de contra reforma agrária, desvirtuando do que é preconizado no próprio Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 que define a Reforma Agrária como o “conjunto de medidas que visam a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e aumento de produtividade”.

Desse modo, a Reforma Agrária que deveria ser um processo de organização fundiária decorrente de ações emanadas de políticas públicas específicas responsáveis pela distribuição de terras às famílias de agricultores sem terra, foi transformada em instrumento de expansão e acumulação de capital, para atender aos interesses do mercado.

No Estado de Mato Grosso, as políticas públicas direcionadas a solução dos problemas fundiários quase sempre estiveram a serviço de algum tipo de vantagem ou benefício à categoria social dominante, visto a necessidade de fortalecer amplamente o avanço do capital e a concentração de rendas. A partir da década de 1980 do século passado, as políticas de colonização direcionaram para o atendimento ao avanço da fronteira do agronegócio e para produção de grandes lucros às colonizadoras por meio da comercialização da terra.

2 | MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa caracteriza-se como pesquisa qualitativa de cunho exploratória descritiva que para Goldenberg (2003, p. 49), “os dados da pesquisa qualitativa objetivam uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social”.

O levantamento de dados da pesquisa qualitativa foi realizado por meio de fontes secundárias sobre a questão fundiária e a reforma agrária, considerando de um lado, que no Estado de Mato Grosso, as políticas públicas possibilitaram a instalação de grandes empresas agropecuárias em extensas áreas de terras incrementando o latifúndio e permitiram, também, que empresas de colonização adquirissem vastas extensões de terras para serem revendidas ao colonos com largas margens de lucro e, de outro lado, que houve um “descompasso” (eufemismo para a palavra “falta

de vontade”), nos planejamentos e projetos dos governos para assentar pessoas sem terra em lotes rurais, com o propósito de lhes possibilitar trabalho e renda. O levantamento de fontes secundárias dados possibilita, segundo Gil (2008), um maior alcance de informações e permite a utilização de dados que se encontram dispersos em inúmeras publicações.

O levantamento bibliográfico foi utilizado como método ou processo sistemático de investigação para atender aos objetivos do trabalho de pesquisa. Para este intento foram seguidos os critérios sugeridos por Lima e Miotto (2007) de modo que para a coleta de dados foram definidos: a) os parâmetros temáticos (classificação as obras de acordo com os temas que lhe são correlatos); b) os parâmetros cronológicos de publicação (seleção das obras de acordo com o período pesquisado); c) a leitura seletiva (determinação do material de acordo com os objetivos da pesquisa; d) a leitura reflexiva e crítica (estudo crítico do material com vista a elucidar os objetivos propostos) ; e) leitura interpretativa (análise e interpretação das ideias dos autores).

3 | O AVANÇO DO CAPITAL NA AMAZÔNIA E AS GRANDES EMPRESAS AGROPECUÁRIAS

A preocupação com a ocupação da Amazônia e do Centro-Oeste brasileiro aparece com mais intensidade a partir do governo de Getúlio Vargas, que em seus discursos evidenciava a necessidade de integração dessas regiões ao centro sul do país. A ocupação, até a metade do século passado, foi lenta e espontânea, contudo, a partir dos anos de 1960, o regime militar optou por apressar este processo definindo as suas formas de realização com o lema de que de estes vazios deveriam ser integrados ao Brasil para não serem entregues a supostas potências estrangeiras (MARTINS, 2009).

O presidente Getúlio Vargas defendia a necessidade de uma política de povoamento e de viabilização de infraestrutura para estas regiões e enfatizava a necessidade de ocupação do que chamava de vazios demográficos, a fim de integrá-los ao território nacional para que tornassem produtivos para o mercado, criando um conjunto de medidas que os serviços de propaganda do governo chamou de Marcha para Oeste (BARROZO, 2008).

A marcha para o oeste, anunciada em 1938 pelo Presidente Getúlio Vargas, é o sintoma das preocupações do governo em ocupar “grandes vazios”, no intuito não só de manter a política do País como também, no dizer de Getúlio Vargas, de preencher os espaços vazios entre as “ilhas econômicas” que formavam o Brasil (CASTRO *et al.*, 2002, p. 29).

Foram, então, criadas políticas públicas colonizadoras com propósitos

desenvolvimentistas com a intenção simultânea de resolver conflitos sociais do centro sul do país e povoar a Amazônia. Todavia, muitos destes planos políticos apenas incrementaram a hegemonia das elites agrárias, ao lhes conceder créditos e incentivos que se configuram como grandes estratégias para a expansão do capital na região.

Segundo Moreno (2007), o governador de Mato Grosso no período de 1947 a 1950, Arnaldo Estevão de Figueiredo, pôs em prática a política de colonização para propiciar o desenvolvimento do norte do estado, cujo plano tinha como suporte a estratégia de ocupação do oeste brasileiro, com o propósito de solucionar as contradições no campo. O plano político do governador consistiu na implantação de projetos de colonização por empresas privadas, que lhes possibilitaram grandes vantagens econômicas e, ao governador, outros benefícios tanto partidários como eleitores.

Na década de 1950, cerca de quatro milhões de hectares de terras para colonização foram alienadas pelos governadores de Mato Grosso, em sintonia com o plano político do governo federal. Muitas empresas adquiriram as áreas e as mantiveram como reserva de valor até a década de 1970, quando houve no estado intensa demanda por terras por migrantes, aumentando significativamente seu preço no mercado (BARROZO, 2010).

Quem possuía condições econômicas e gerenciais para efetuar a rápida ocupação do território? Os fazendeiros e industriais, certamente. Daí os incentivos fiscais e o crédito a juros baixos privilegiando esses segmentos sociais e cumprindo com eficácia os objetivos perseguidos (BECKER, 2005, p. 37).

O governo militar apresentou seu plano de reforma agrária (ou contra reforma) instituindo no Estatuto da Terra, Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964, critérios de desapropriação mais concisos e intencionalmente planejados de modo a estabelecer proteção ao capitalismo, ao incluir no texto o interesse social nas desapropriações e formulando com precisão as terras que poderiam ou não ser desapropriadas.

O momento amazônico da “fúria modernizadora” da ditadura, a política regional subordinada à modernização da agricultura nacional, conduzida pelo estado de exceção resultante do golpe de 1964, apresenta uma característica principal: a centralidade na grande empresa, a quem é dada a preferência no processo de desenvolvimento agropecuário regional (COSTA, 1998, 15-16).

As políticas públicas adotaram estratégias especialmente direcionadas ao atendimento das empresas privadas nacionais e estrangeiras contemplando-as com grandes extensões de terras na Amazônia. A criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que segundo Cardoso e Müller (2008, p. 81) esta “canaliza um sem-número de incentivos (econômico-fiscais, entre outros)

com a finalidade de levar a empresa privada a participar do desenvolvimento da Amazônia”.

A Amazônia foi ocupada para atender razões geopolíticas e econômicas, internas e externas. No plano nacional, a ocupação foi apresentada como respostas aos problemas sociais do Nordeste ou dar prosseguimento ao crescimento do Sudeste com a possibilidade de novos mercados e de novos investimentos. Externamente, a ocupação da Amazônia foi anunciada como preocupação com sua vulnerabilidade considerando sua extensa área e posição de isolamento, e ainda, com a necessidade de possibilitar a presença brasileira na exploração de recursos naturais (BECKER, 2005).

O Governo Militar tinha muitos discursos sobre o seu papel na ocupação da Amazônia. Um deles foi expresso por Costa Cavalcanti, ministro do interior durante o mandato do Presidente Costa e Silva, que em visita ao Projeto Suiá-Missu localizado no noroeste do estado de Mato Grosso, declarou que “o papel do governo no desenvolvimento da Amazônia era apoiar a iniciativa privada, auxiliá-la no que for necessário e, não, atrapalhá-la” (CARDOSO; MÜLLER, 2008, p. 123).

Como os obstáculos apresentados para o desenvolvimento da Amazônia centravam-se na insuficiência de capitais produtivos e na falta de infraestrutura para dar suporte a novos investimentos, a proposta do governo era de que para atrair capitais produtivos, seria necessário oferecer incentivos fiscais a grandes empresas nacionais e do exterior para se instalarem na região.

Os incentivos fiscais concedidos pelos órgãos oficiais do governo deram ampla sustentação e possibilitaram a ocupação da iniciativa privada na Amazônia. “Com o avanço do capitalismo e suas implicações sócio-políticas, foram liberados por meio da SUDAM, BASA e Banco do Brasil, financiamentos para favorecer os grandes produtores rurais como créditos e mecanização agrícola” (SOUZA, 2013, p. 41).

Em Mato Grosso a ocupação da Amazônia foi realizada sob aos ditames do capital financeiro que trouxe sérios conflitos e impôs muitas violências aos povos indígenas, ribeirinhos e posseiros. Grande parte deste processo, foi viabilizado por meio de projetos agropecuários e de colonização planejados pelo Governo Federal como o PIN - Plano de Integração Nacional (1970), o PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (1971/1978), o PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste (1972/1974), o POLAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Agroindustriais da Amazônia (1974) e o POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (1975).

Os incentivos fiscais segundo Cardoso e Müller (2008) perfilarão no tempo a política de sustentação da iniciativa privada na Amazônia. A partir de 1965 a 1973 foram liberados, como incentivos fiscais o montante de Cr\$ 1.601.590.827,00 para os

setores agropecuários (50,6%), industrial (41,5%) e de serviços básicos na Amazônia (7,9%).

Anos	Setor	Setor	Setor Serviços	Total
	Agropecuário	Industrial	Básicos	Liberado
1965	-	1.101.418	-	1.101.418
1966	1.170.254	8.249.541	-	9.419.795
1967	10.493.518	20.197.647	53.941	30.745.106
1968	29.890.865	37.474.553	13.044.382	80.409.800
1969	75.724.743	67.963.073	6.336.321	150.024.137
1970	170.130.339	123.242.390	37.570.161	330.942.890
1971	168.269.558	134.947.091	30.406.970	333.623.619
1972	180.304.280	116.869.017	27.774.376	324.947.673
1973	174.198.128	153.713.637	12.464.624	340.376.389
TOT.	810.181.685	663.758.367	127.650.775	1.601.590.827

Tabela 1 – Incentivos Fiscais liberados pela SUDAM na Amazônia - 1965 a 1973

Fonte: Adaptado de CARDOSO; MÜLLER (2008) - Dados de outubro de 1973

Esses números tiveram crescimento abrupto de 10,75%, de outubro de 1973 a maio de 1974, quando chegaram ao patamar de Cr\$ 1.773.717.638,00 de incentivos fiscais concedidos para a região, sendo estes no valor de Cr\$ 666.446.598,00, para o estado de Mato Grosso correspondentes a 37,57% do montante nacional.

Nesse período, foram apoiados com incentivos fiscais para 498 projetos a serem desenvolvidos na Amazônia, que se concentraram mais nesses dois estados, que juntos tiveram 368 projetos aprovados, sendo 192 (38,55%) para o Estado de Mato Grosso e 176 (35,34%) para o estado do Pará.

Discriminação	Projetos	Investimento Total	Incentivos	
			Comprometidos	Liberados
Setorial				
Agropecuário	312	2.860.044.716	2.096.256.239	905.741.473
Indústria	168	3.138.942.127	1.830.329.940	740.031.243
Serviços básicos	18	1.551.093.337	439.505.343	127.942.922
Total	498	7.550.080.180	4.366.091.522	1.773.717.638
Espacial				
Acre	2	28.487.026	15.411.691	14.693.250
Amapá	7	362.176.337	200.492.377	73.680.577
Amazonas	55	1.833.207.114	717.834.434	218.954.728
Goiás	30	246.019.138	176.758.950	88.232.652
Maranhão	29	311.184.495	198.600.556	94.287.843

Mato Grosso	192	2.104.863.907	1.524.174.429	666.446.598
Pará	176	2.606.235.250	1.494.928.025	609.882.299
Rondônia	7	57.906.913	37.891.060	7.539.691
Roraima	-	-	-	-
Total		7.550.080.180	4.366.091.522	1.773.717.638

Tabela 2 - Incentivos Fiscais liberados pela SUDAM na Amazônia até maio de 1974.

Fonte: Adaptado de CARDOSO; MÜLLER (2008).

Os incentivos fiscais apresentaram resultados mais no seu dinamismo especulativo do que social. Nesse período houve a implantação de grandes empresas voltadas à pecuária na região norte de Mato Grosso, que se beneficiaram não só dos incentivos fiscais, mas também de recursos financeiros a juros subsidiados e abaixo do preço de mercado.

Segundo Cardoso e Müller (2008), pode-se inferir que houve certo êxito na ação de expansão planejada por meio de programas e de incentivos fiscais, todavia esta foi amplamente favorável a iniciativa privada na Amazônia sendo discutível o impacto social de tais programas governamentais, uma vez que os resultados em termos sociais foram muito modestos principalmente no setor agropecuário, o mais beneficiado na política de incentivos fiscais.

As oportunidades eram amplamente favoráveis ao capital e muitas empresas multinacionais ou nacionais, instalaram-se na região da Amazônia. De acordo com Picoli (2004), as agropecuárias conseguiram muitos recursos de incentivos fiscais e créditos subsidiados, mas pouco contribuíram para o desenvolvimento do país ou para o desenvolvimento local, denotando que foram criadas apenas para dar prosseguimento a especulação imobiliária. O autor apresenta algumas empresas que se instalaram na Amazônia a partir de 1964 com apoio de incentivos fiscais como o Projeto Jari, Suiá-Missu, Codeara, Georgia Pacific, Bruynzeel, Robim Mac GloIm, Toyamnka Volkswagen e também, grandes grupos econômicos como o Bradesco, a Atlântica Boa Vista, o Bamerindus, a Swift, Supergasbrás etc.

A Agropecuária Suiá-Missu era proprietária de uma área de 695 mil hectares, situada no município de São Félix do Araguaia do Araguaia. Ela foi uma das primeiras empresas, instaladas no Araguaia, no Estado de Mato Grosso, a ser aprovada pela SUDAM, sendo proprietária de maior área e do maior volume de incentivos fiscais (BARROZO, 2010, p. 22).

As empresas agropecuárias utilizaram a terra como mercadoria. Adquiriram-nas a pequenos preços e anos mais tarde se desfizeram delas com grandes lucros, vendendo-as no mercado imobiliário ou, ainda, algumas outras conseguiram que estas fossem declaradas como de interesse social para fins de reforma agrária e

foram desapropriadas pelo governo para assentamento de trabalhadores rurais sem terras.

Um desses casos pode ser apontado em Roraima. Segundo o site do INCRA (2017), naquele Estado foi criado, em 15 de outubro de 2001, o Projeto de Assentamento Nova Amazônia por meio da Portaria/SR-25/nº. 010/2001, numa área total de 77.688,3800 hectares, localizado em duas áreas distintas, com capacidade para assentar 800 famílias. A primeira delas compreendia as fazendas Murupú e Cauamé, a 30 km da capital Boa Vista, localizadas à margem esquerda da BR-174. A segunda área era a fazenda Truarú, localizada a 45 km de Boa Vista na margem direita da BR-174. A área do Assentamento era conhecida popularmente como Fazenda Bamerindus e foi entregue pelos seus proprietários, sob forma de doação em pagamento a União, que a transferiu ao Incra para implementação do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Em 2005, a área foi dividida em dois assentamentos e, na atualidade, o Projeto de Assentamento Nova Amazônia ocupa uma área de 27.391,2700 hectares, com capacidade para 570 famílias e o Amazônia I medindo 35.062,4035 hectares, com capacidade para 430 parcelas.

Outro caso citado por Buclet (2005) é da Volkswagen, empresa multinacional de produção de veículos automotores, que em 1973 adquiriu 140.000 hectares de terras no Município de Santana do Araguaia no Sul do Pará. A subsidiária Brasileira atuando no ramo da pecuária, era conhecida como Companhia Vale do Rio Cristalino e as razões apresentadas aos acionistas para explicar o investimento na região, foi o entusiasmo para a exploração agrícola do então presidente da empresa, Wolfgang Sauer, a necessidade de reforçar a imagem da empresa como multinacional comprometida com um país em busca do progresso e a expectativa de excelentes lucros.

Segundo Fernandes (2015), as terras ficaram em posse da Companhia Vale do Rio Cristalino durante 13 anos e tinha o propósito de demonstrar que a pecuária nos trópicos poderia obter tanto sucesso quanto a implementada nos climas temperados. Todavia, nesse período a empresa envolveu-se em diversos conflitos, tanto sociais como ambientais, sendo inclusive acusada de trabalho escravo e de agredir o meio ambiente por meio de incêndios florestais. Endividada e deteriorada, a empresa foi inicialmente vendida em 1986 ao grupo empresarial Matsubara, e como a venda foi anulada por falta de pagamento a área foi adquirida, em leilão, por um pecuarista paulista.

Os proprietários da região de Santana do Araguaia, segundo a autora, descobriram as grandes vantagens financeiras possibilitadas pelas desapropriações de terra. As áreas em conflitos eram negociadas por preços abaixo do valor de mercado, para serem planejadamente invadidas por agricultores sem terras, forçando

o Inbra a desapropriá-las em montantes muito superiores aos valores pagos por elas. Assim, parte da Fazenda Vale do Rio Cristalino também foi desapropriada em 08.12.1998 para a implantação da Reforma Agrária e o Projeto de Assentamento Rio Cristalino foi criado conforme Portaria 0096 de 19.08.1999, numa área de 14.557,0408 hectares com capacidade para assentar 485 famílias.

Em Mato Grosso, muitas empresas adquiriram, também, vastas extensões de terras que depois foram declaradas como de interesse social para fins de reforma, como as terras da empresa Sadia II, com 10.113,7430 hectares e a Fazenda Vale do Verde com 2.077,2887 has, localizadas no município de Cáceres. Ambas foram transformadas no Projeto de Assentamento Sadia Vale Verde, por meio das portarias INCRA/SR(13) Nº 108 de 12.12.96 e 094 de 19.07.97 respectivamente, agrupadas por meio da portaria de 025, de 24.04.2003.

Outras, como a Fazenda Suiá-Missu no noroeste do estado, teve o início de sua história ainda na década de 1950, quando Ariosto da Riva adquiriu a fazenda, com aproximadamente meio milhão de hectares de terras em território Xavante. Ariosto era conhecido como especialista em limpeza de áreas e grande desbravador de áreas ainda virgens, implantador de fazendas e criador de cidades, utilizando para este intento a remoção de índios e posseiros pobres e sem título de propriedade (MARTINS, 2012).

Segundo Martins (2012), Da Riva em 1961 associou-se ao grupo Ometto, de São Paulo e a propriedade passou a ter território de aproximadamente 800 mil hectares, na época, o maior latifúndio brasileiro. Os índios continuaram morando na fazenda, mas foram sendo dizimados, visto que tornaram-se entraves para os proprietários, e a solução foi retirá-los da área em aviões da Força Aérea Brasileira a pedido de Da Riva. Nessa migração forçada, 63 deles morreram de gripe. Em 1972, os índios expulsos da Suiá-Missu estavam exilados nas reservas de São Marcos, Merure, Sangradouro, Areões e São Domingos, locais distantes aproximadamente 400 quilômetros de suas origens ocasionando um estrangulamento cultural de suas organizações como grupos tribais.

Na década de 1980, a fazenda foi vendida para a empresa italiana AGIP Petroli, que sofreu muitas pressões de ambientalistas o que culminou em constrangimentos do grupo na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1992, a Eco 92, ao ponto de o presidente da corporação, Gabriel Cagliari, prometer a devolução da área aos Xavante. Após invasões e muitos conflitos na região, foi criado o Assentamento do Inbra com aproximadamente 30.000 hectares para assentamento de 660 famílias.

Em Sinop (MT) uma extensa área de terras devolutas foi adquirida pela Mercedes Bens do Brasil na década de 1960. Segundo Peripolli (2008), a legislação em vigor permitia que qualquer um poderia adquirir terras devolutas até o limite

de 10.000 hectares. Todavia, o grupo Mercedes bens conseguiu se apropriar de aproximadamente 500 mil hectares, ludibriando a lei com a criação de dez empresas e adquirindo várias propriedades de terceiros em nome delas, de modo que cada uma totalizou áreas de 40, 50 e até 60 mil hectares que garantiu, com sucesso, empréstimos e financiamentos da SUDAM.

A área em 1974 foi vendida, segundo o autor, cuja transação foi avalizada pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras (CBPO), que mais tarde quitou os débitos e ficou com as terras por falta de pagamento pelo comprador. Posteriormente, as terras foram partilhadas entre os herdeiros e, uma delas denominada fazenda Sequóia, por sua vez, foi repartida em várias outras. O Projeto de Assentamento Wesley Manoel dos Santos com área de 38.291,00 hectares, foi criado nessa área de terras, por meio da portaria 103, de 26 de novembro de 1997, com capacidade para assentar 647 famílias.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação da Amazônia a partir do golpe de estado de 1964 foi articulada sob auspícios de programas que pudessem beneficiar latifundiários e grandes empresas agropecuárias, criando estruturas físicas e legais para que houvesse a expansão do capital na Amazônia.

O processo de ocupação foi planejado com a justificativa de que era necessário contornar os problemas sociais e fundiários da nação, ocupar áreas que chamavam de desabitadas, tornando-as produtivas e integradas ao centro sul do país, criar oportunidades de novos investimentos e, também povoar uma extensa área de fronteira diminuindo a vulnerabilidade do país. Todavia, os programas propostos caracterizam-se como uma investida econômica a favor da classe dominante em detrimento dos povos economicamente menos favorecidos, sem quaisquer preocupações com aqueles que já habitavam a região.

Em Mato Grosso, a ocupação foi realizada sob as regras impostas pelo capital financeiro com a implantação de fazendas agropecuárias e de latifúndios, com amplo incentivo e apoio do governo militar, que se colocou à disposição destes e proporcionou condições para que houvesse a expansão do capital, por meio de órgãos governamentais que lhes proporcionaram créditos subsidiados e incentivos fiscais.

A expansão que deveria ter sido direcionada como um processo de desenvolvimento regional, foi planejada e implementada como um artifício político e econômico da classe hegemônica representada pelo estado, que possibilitou o avanço do capital nas terras da região, mercantilizando-as, tornando-as reserva

de valor para serem comercializadas no futuro quando possuísem maior preço no mercado, possibilitando aos latifundiários lucros extraordinários.

A política de expansão imposta pelos governos militares possibilitou a união entre o capital e o estado na Amazônia com grandes benefícios às empresas agropecuárias e aos latifundiários. Para isto foi necessário, tanto pelo governo como pela classe hegemônica, o silenciamento dos movimentos contrários, uma vez que o governo tinha a necessidade de retribuir o apoio recebido e de manter sua base de apoio e, a classe dominante o interesse em manter as inúmeras benesses recebidas.

Existe, ainda nos dias atuais, uma relação estreita e lesiva entre as grandes empresas e o estado de Mato Grosso. As empresas justificam que necessitam de incentivos fiscais para se manterem produtivas na região e o estado, por sua vez, em nome do desenvolvimento, se sujeita as imposições destas, concedendo-lhes incentivos ou renúncias fiscais diminuindo consideravelmente sua receita corrente líquida e sua capacidade de investimentos diretos em infraestruturas básicas e saneamento.

Entretanto, apesar dos avanços na qualidade de vida da população da região da Amazônia mato-grossense nas últimas décadas, aliadas aos incrementos e na modernização das infraestruturas, não se pode esquecer das agressões ocorridas no ambiente e nos danos sociais advindos da concentração de terras e rendas, já que estas não justificam as agressões sofridas por povos que deixaram casas e territórios já conquistados, para viverem em locais ermos e desconhecidos, possibilitando que empresas agropecuárias e latifundiários implantassem suas atividades poluidoras, agressoras do ambiente e promotoras de exclusão social.

REFERÊNCIAS

- BARROZO, J. C. Políticas de colonização: as políticas públicas para a amazônia e o centro-oeste. In. BARROZO, J. C. (Org.). **Mato Grosso do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: EdUFMT/Carlini & Caniato Editorial, 2008.
- BARROZO, J. C. A questão agrária em Mato Grosso: a persistência da grande propriedade. In. BARROZO, J. C. (Org.). **Mato Grosso: a (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (século XX)**. Cuiabá: EdUFMT, 2010.
- BECKER, B. Amazônia: projeto nacional, política regional e instrumentos econômicos. In. MAY, P. H.; AMARAL, C.; MILLIKAN, B. ASCHER, P. (ORG.). **Instrumentos econômicos para o desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.
- BRASIL, Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, Seção 1 - Suplemento – de 30/11/1964.
- BUCLET, B. **Entre tecnologia e escravidão**: a aventura da Volkswagen na Amazônia. Revista O Social em Questão, Rio de Janeiro: PUC/Rio, n. 13, p. 5, 2005.

- CARDOSO, F. H.; MULLER, G. **Amazônia**: expansão do capitalismo. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.
- CASTRO, S. P.; BARROZO, J. C.; COVEZI, M.; PRETI, O. **A colonização Oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade**. 2ed. Cuiabá: EdUFMT/NERU, 2002.
- COSTA, Francisco de Assis. **Grande empresa e agricultura na Amazônia**: dois momentos, dois fracassos. Belém (PA): Papers do NAEA nº 94, novembro de 1998.
- FERNANDES, M. C. **Volkswagen e a carne de Cristalino**. Disponível em <http://www.ghgprotocolbrasil.com.br/volkswagen-e-a-carne-de-cristalino?locale=pt-br>. Acesso em 18.02.2017.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 7ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- IANNI, O. **Ditadura e agricultura**: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1964-1978. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Agricultores comemoram criação do assentamento Nova Amazônia**. Disponível <http://www.incra.gov.br/agricultores-comemoram-criacao-do-assentamento-nova-amazonia>. Acesso em: 02 fev. 2017.
- LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico**: a pesquisa bibliográfica. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007.
- MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.
- MARTINS, J. S. **Por ínvios caminhos**. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,por-ivios-caminhos,974065>. Acesso em: 15 jan. 2012.
- MORENO, G. **Terra e poder em Mato Grosso**: política e mecanismos de burla – 1892-1992. Cuiabá-MT: Entrelinhas: EdUFMT, 2007.
- PERIPOLLI, O. J. **Expansão do capitalismo na amazônia norte Mato-Grossense**: a mercantilização da terra e da escola. Porto Alegre, 2008. 267f. (tese de educação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- PICOLI. **Amazônia**: do mel ao sangue – os extremos da expansão capitalista. Sinop: Ed. Amazônia, 2004.
- SOUZA, E. A. de. **O poder na fronteira**: hegemonia, conflitos e cultura no norte de Mato Grosso. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco - Possui graduação em Bacharelado em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2008). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, turma de 2018 e participa do Núcleo de Pesquisa Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG (2013), na área de concentração Cidadania e Políticas Públicas, linha de Pesquisa: Estado, Direitos e Políticas Públicas. Como formação complementar cursou na Universidade de Bremen, Alemanha, as seguintes disciplinas: Soziologie der Sozialpolitik (Sociologia da Política Social), Mensch, Gesellschaft und Raum (Pessoas, Sociedade e Espaço), Wirtschaftsgeographie (Geografia Econômica), Stadt und Sozialgeographie (Cidade e Geografia Social). Atua na área de pesquisa em política habitacional, planejamento urbano, políticas públicas e urbanização.

Juliana Yuri Kawanishi - Possui graduação em Serviço Social (2017), pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Atualmente é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da linha de Pesquisa: Estado, Direitos e Políticas Públicas, bolsista pela Fundação CAPES e desenvolve pesquisa na Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR, turma de 2018. É membro do Núcleo de Pesquisa Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza e do grupo de pesquisa Cultura de Paz, Direitos Humanos e Desenvolvimento Sustentável. Atua na área de pesquisa em planejamento urbano, direito à cidade, mobilidade urbana e gênero. Com experiência efetivada profissionalmente no campo de assessoria e consultoria. Foi estagiária na empresa Emancipar Assessoria e Consultoria. Desenvolveu pesquisa pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, trabalhando com as linhas de mobilidade urbana e transporte público em Ponta Grossa.

Mauricio Zadra Pacheco - Doutor pela Universidade de Bremen (UniBremen) com trabalho desenvolvido no Instituto Fraunhofer - IFAM (Bremen Alemanha) pelo Programa Ciências sem Fronteiras, Mestre em Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2009); possui graduação em Administração pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003) e graduação em Bacharelado em Informática pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1995). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em Sistemas de Informação, e desenvolveu estudos nas áreas de Geoprocessamento e Geografia Humana com ênfase na utilização de geotecnologias como ferramentas de auxílio à gestão de território. É Coordenador do Projeto de Extensão: Lixo Eletrônico: Descarte Sustentável, da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Área nativa 168, 170, 171, 172, 173, 175, 177, 178
Ativo biológico 103
Aves 58, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 116, 174, 179

C

Capororoca 58, 59, 66, 67, 68
Comunidades indígenas 88, 90, 91, 92, 96, 97, 99, 100

D

Desenvolvimento sustentável 2, 31, 40, 41, 101, 141, 250, 251
Distribuição espacial 58, 61, 64, 67, 68

E

Educação ambiental 8, 12, 13, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 37, 39, 40
Eletrificação rural 88
Erosão 48, 109, 113, 115, 160, 166, 167

I

Impactos socioambientais 92, 143, 144, 145, 158
Incentivos fiscais 1, 8, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 140, 141
Incorporação de resíduos industriais 41
Indústria fumageira 182
Interação com o ambiente 29, 72, 86
Interdisciplinaridade 12

M

Manejo do solo 160
Mineração 49, 56, 70, 71, 111, 143, 144, 145, 156, 157, 158
Mini-hidrelétrica 88, 99, 102
Morcegos 60, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180

P

Percepções ambientais 29
Políticas públicas 15, 103, 132, 133, 134, 141, 192, 236, 239, 248, 251
Poluição atmosférica 199, 202, 203, 204, 205, 207, 208, 210, 211, 212
Práticas conservacionistas 160, 166

Q

Qualidade de vida 8, 9, 12, 16, 105, 141, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 212
Qualidade do ar interno 214, 216, 217, 232, 234, 235

R

Receita ecossistêmica 103, 108, 110, 111

Resíduos reaproveitáveis 1

Rompimento da barragem de Fundão 143, 145, 151, 157

S

Saúde do trabalhador 182, 184, 187, 191, 192

Sensibilização ambiental 11, 12

Solo 4, 5, 11, 16, 17, 41, 43, 45, 46, 48, 50, 51, 54, 55, 56, 82, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 155, 160, 161, 163, 164, 166, 167, 172, 180

Substratos orgânicos 72

Sustentabilidade 1, 2, 3, 12, 13, 40, 42, 78, 88, 103, 157, 180, 236

Sustentabilidade urbana 1

T

Transporte mucociliar 203, 206, 208, 210, 211, 212, 213

